



PREFEITURA DE
CAMPINAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E
SEGURANÇA ALIMENTAR

PERFIL DAS PESSOAS E FAMÍLIAS NO CADASTRO ÚNICO EM CAMPINAS

VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL

Secretaria Municipal de Assistência Social e Segurança Alimentar

José Fernando Bortholotto

Estatístico

Julho de 2017



Introdução

O presente estudo visa apresentar o perfil das pessoas e famílias de Campinas a partir das informações do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) da cidade de Campinas/SP, nos moldes e aspectos abordados pela obra “Perfil das Pessoas e Famílias no Cadastro Único do Governo Federal – 2013” publicada pelo Ministério do Desenvolvimento e Combate à Fome (MDS).

Os dados referentes ao município de Campinas foram extraídos das bases oficiais de divulgação do MDS em Abril/2017, considerando a apuração até o mês de Dezembro/2016, enquanto os dados gerais do Brasil, utilizados eventualmente em comparativos nesta obra, foram os do Perfil de 2013.

É um trabalho que se pretende atualizar anualmente e, cujo formato, inicialmente baseado na obra do Perfil de 2013, possa adquirir e incorporar as particularidades de Campinas para futuros estudos.

Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm:

- renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa; ou
- renda mensal total de até três salários mínimos.

O Cadastro Único permite conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e, também, dados de cada um dos componentes da família.

O Governo Federal, por meio de um sistema informatizado, consolida os dados coletados no Cadastro Único. A partir daí, o poder público pode formular e implementar políticas específicas, que contribuem para a redução das vulnerabilidades sociais a que essas famílias estão expostas.

O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família.

Suas informações são regulamentadas pelo [Decreto nº 6.135/07](#), pelas [Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011](#), e [nº 274, de 10 de outubro de 2011](#), e [Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011](#), e as [Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011](#), e podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o



diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais.

Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser cadastradas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.

A partir da unificação dos programas de transferência de renda no Programa Bolsa Família (PBF), o Cadastro Único inicia sua trajetória concreta de tornar visíveis as famílias mais pobres do País. A gestão e a coordenação estratégica em nível federal deste instrumento estão atreladas ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc). Todas as esferas subnacionais, a saber estados, municípios e DF, participam da gestão do Cadastro Único: os estados são responsáveis por ofertar os programas para a população cadastrada e, principalmente, por apoiar tecnicamente os municípios. Estes, por sua vez, responsabilizam-se por identificar as famílias mais pobres, cadastrando-as e mantendo seus dados atualizados.

Já a responsabilidade por desenvolver e manter o sistema operacional do Cadastro Único é da Caixa Econômica Federal (Caixa), que é o Agente Operador do Programa. A atuação do MDS na coordenação das atribuições da Caixa, assim como do processo de cadastramento realizado pelos municípios e da gestão da informação cadastral foi gradativamente se aperfeiçoando no período de 2004 a 2013. Ao longo desse processo, a parceria entre os três níveis de governo e a Caixa possibilitou a consolidação do que hoje se constitui em uma das maiores e mais fidedignas bases de dados relativas à população de baixa renda do mundo.

Sobretudo a partir de 2005, observa-se um processo de rápida expansão e qualificação das informações do Cadastro Único, que foi possível, principalmente, em função do interesse das famílias no Programa Bolsa Família e pela existência de uma rede de cadastramento nos municípios. Tal rede foi se estruturando com a expansão dos programas de transferência de renda para a população de baixa renda na última década e se fortaleceu com os repasses de recursos financeiros aos municípios e estados, iniciados em 2005 pela gestão federal.

No que tange à melhoria na qualidade das informações, pode-se enumerar quatro fatores determinantes: 1) desenho de um novo instrumento de coleta de dados (Formulário), com conceitos bem definidos e compatíveis com as pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e com o processo de capacitação específico para os profissionais que realizam a coleta de dados; 2) aperfeiçoamentos progressivos no sistema operacional de cadastramento, contando com processos de verificação dos dados, que diminuíram a ocorrência de duplicidades e inconsistências cadastrais; 3) implantação, por parte do governo federal, de um sistema de incentivo à atualização cadastral ao apoiar financeiramente os municípios e os estados; e 4) maior monitoramento da qualidade das informações cadastrais pela Senarc, a partir da disponibilização sistemática das informações pela Caixa.



Assim, entre 2008 e 2010, esteve em desenvolvimento a Versão 7 (V7) do Sistema do Cadastro Único, uma versão online que permite a entrada qualificada dos dados em nível municipal e maior consistência dos dados em nível nacional.

Além do novo Sistema, o novo Formulário para o cadastramento foi desenvolvido a partir de discussões com o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os órgãos que utilizam as informações do Cadastro Único.

Além disso, com os novos Formulários, o novo Sistema e os respectivos programas de capacitação, houve aperfeiçoamentos na identificação das populações indígenas e quilombolas, um maior detalhamento nas informações coletadas sobre a população de rua, e abriu-se a possibilidade de identificação de famílias de 12 (doze) novos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos. Vale ressaltar que, embora tenham sido criadas estratégias para a identificação desses Grupos Populacionais, as informações socioeconômicas coletadas para esses Grupos são as mesmas das outras famílias do Cadastro.

Os seguintes Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos são identificados no Cadastro Único:

- Famílias indígenas;
- Famílias quilombolas;
- Famílias ciganas;
- Famílias extrativistas;
- Famílias de pescadores artesanais;
- Famílias pertencentes à comunidade de terreiro;
- Famílias ribeirinhas;
- Famílias de agricultores familiares;
- Famílias assentadas de reforma agrária;
- Famílias do Programa Nacional do Crédito Fundiário;
- Famílias acampadas;
- Famílias atingidas por empreendimento de infraestrutura;
- Famílias de catadores de material reciclável;
- Famílias de preso do sistema carcerário; e
- Moradores de rua.

Atualmente, o Cadastro possui mais de 25 milhões de famílias registradas e é utilizado por 20 programas do governo federal, entre eles o PBF, constituindo-se na porta de entrada para o acesso a boa parte das políticas sociais brasileiras, justamente aquelas voltadas para a parcela da população historicamente mais excluída das políticas públicas. Alguns dos



“programas usuários”, que são aqueles que utilizam o Cadastro Único como referência para a seleção dos beneficiários, são:

- Água para Todos
- Aposentadoria para Pessoas de Baixa Renda
- Benefício de Prestação Continuada
- Bolsa Estiagem
- Bolsa Verde (Programa de Apoio à Conservação Ambiental)
- Carta Social
- Carteira do Idoso
- Crédito Instalação
- Isenção de Pagamento de Taxa de Inscrição em Concursos Públicos
- Programa Bolsa Família
- Programa Brasil Alfabetizado
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)
- Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais/ Assistência Técnica e Extensão Rural
- Programa Minha Casa Minha Vida
- Programa Nacional de Crédito Fundiário
- Programa Nacional de Reforma Agrária
- Programas Cisternas
- Serviços Assistenciais
- Tarifa Social de Energia Elétrica
- Telefone Popular

A utilização do Cadastro Único, como instrumento de formulação e de planejamento de políticas para as famílias pobres e como ferramenta essencial para promover a oferta integrada de ações, bens e serviços a essa população, ganhou mais destaque com o lançamento do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) em 2011.

Em fevereiro de 2013, havia 25,3 milhões de famílias no Cadastro Único, sendo 23 milhões (91%) com perfil de renda familiar per capita de até meio salário-mínimo, faixa de renda de seu público prioritário.



Cadastro Único como Base de Informações Sociais

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) é atualmente a mais importante base de informações para a seleção e o acompanhamento de beneficiários de programas sociais no Brasil, permitindo a convergência de políticas públicas para a parcela mais pobre da população.

Ainda que este objetivo esteja posto desde a instituição normativa do Cadastro Único, em 2001, ele começa a se concretizar somente com a criação do Programa Bolsa Família, em 2003, e passa a ser amplamente alcançado a partir da criação do Plano Brasil Sem Miséria, em 2011. O Cadastro Único contém o perfil socioeconômico das famílias, levando-se em consideração o nível de acesso a serviços e algumas das principais vulnerabilidades das famílias pobres do país.

Devem ser cadastradas as famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário-mínimo, mas as famílias com renda superior também podem ser cadastradas, para a utilização das informações por programas sociais específicos (como é o caso de programas de habitação que selecionam famílias com até 3 (três) salários-mínimos de renda total. Por conta do amplo escopo de programas usuários, é muito importante o trabalho no sentido de garantir a fidedignidade das informações constantes do Cadastro Único.

O Cadastro Único também identifica 15 grupos tradicionais, como as famílias indígenas, quilombolas, ciganas, extrativistas, entre outros, bem como grupos familiares em situações específicas, como catadores de material reciclável, população em situação de rua, acampados, etc.



Cadastro Único em Campinas

Em 31/Dezembro/2016 havia no Cadastro Único de Campinas 72.463 famílias com um total de 215.583 pessoas (média de 2,98 pessoas por família).

Como Campinas é uma metrópole com população estimada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2016 de 1.173.370 mil habitantes¹, o que a torna o 14º. município brasileiro em população, é utilizada uma divisão em 5 grandes regiões administrativas: Leste, Noroeste, Norte, Sudoeste e Sul.

Cada região administrativa possui, em média, mais de 230 mil habitantes. Logo, cada uma dessas regiões administrativas da cidade é, sozinha, maior que mais de 97% dos municípios brasileiros que possuem menos de 230 mil habitantes.

Daí a necessidade dessa divisão do município quando se trata de diversos estudos na área socioassistencial, inclusive para as famílias beneficiárias do Bolsa Família.

Gráfico 01: Percentual de Habitantes – Campinas – por Região –2016

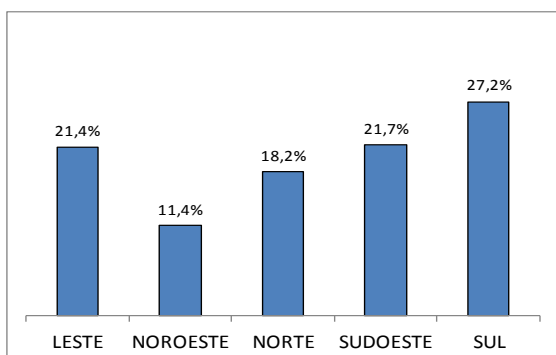
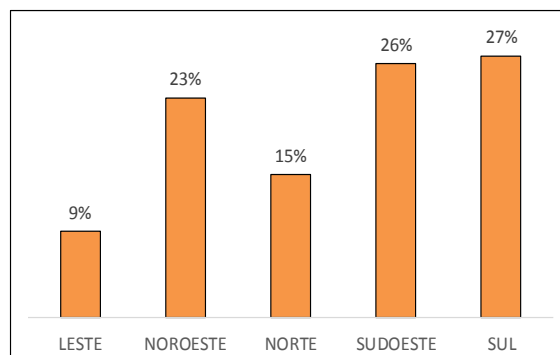


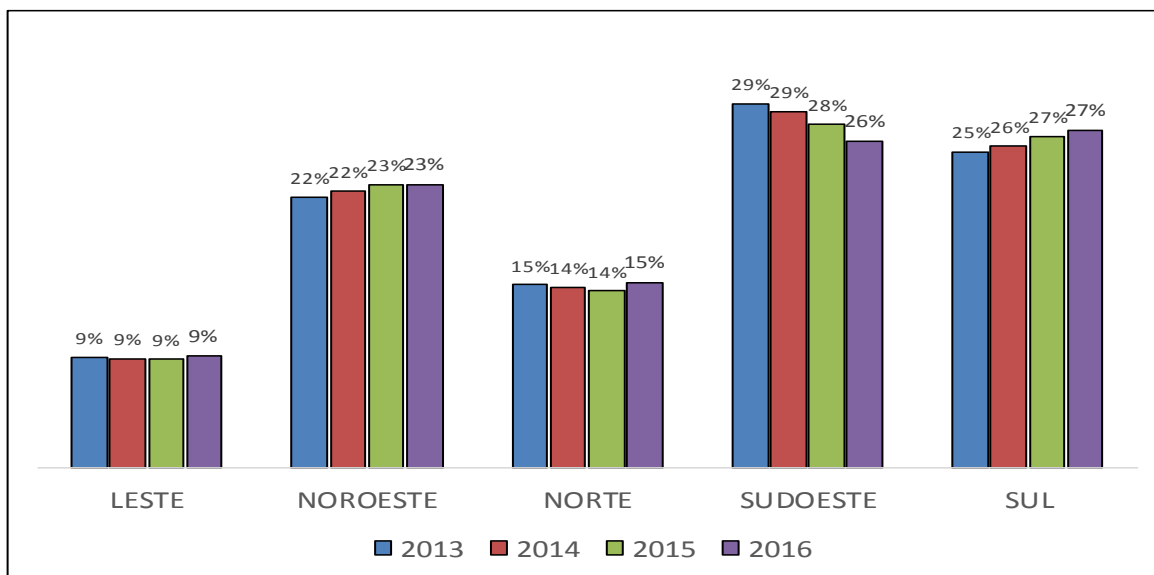
Gráfico 02: Percentual de Pessoas no Cadastro Único – Campinas – por Região – 2016



¹ <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=350950>



Gráfico 03: Evolução do Percentual de Pessoas no Cadastro Único – Campinas – por Região – 2013 a 2016



a) Atualização Cadastral

Como as informações analisadas são características razoavelmente estáveis, relativas às condições de vida das famílias cadastradas, e como 72% dos cadastros foram atualizados há menos de 2 anos, entende-se que as informações coletadas pelo Cadastro Único refletem, com fidedignidade, a atual situação socioeconômica das famílias de baixa renda do país.

Gráfico 04: Percentual de Famílias do Cadastro Único por Faixa de Atualização Cadastral – Brasil – 2013

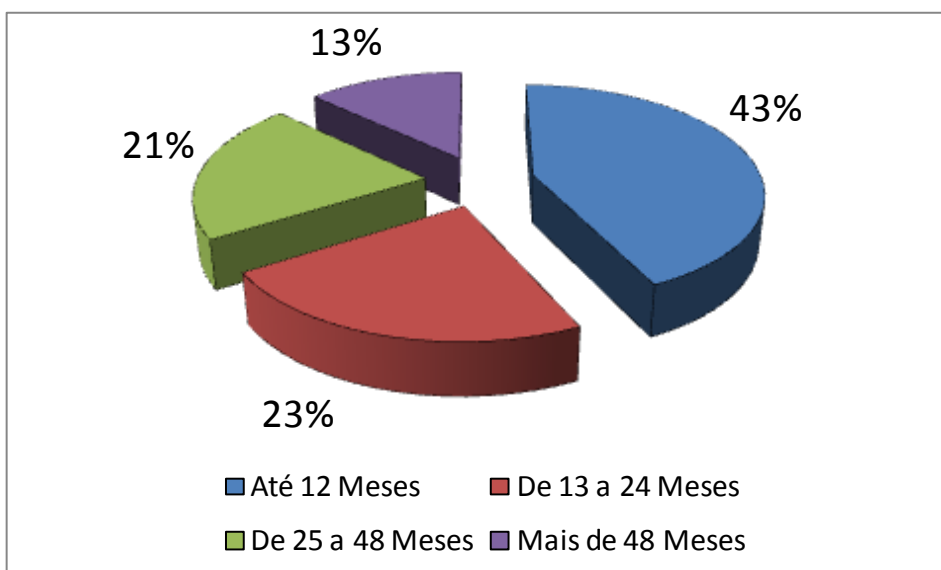




Gráfico 05: Percentual de Famílias do Cadastro Único por Faixa de Atualização Cadastral – Campinas – 2013

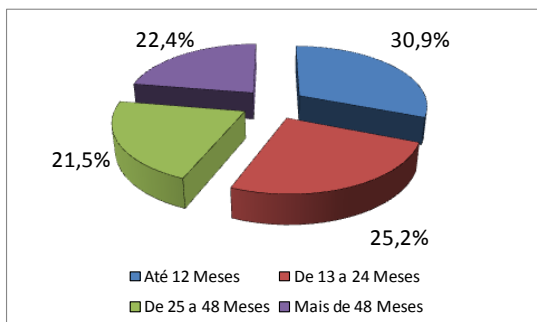


Gráfico 06: Percentual de Famílias do Cadastro Único por Faixa de Atualização Cadastral – Campinas – 2016

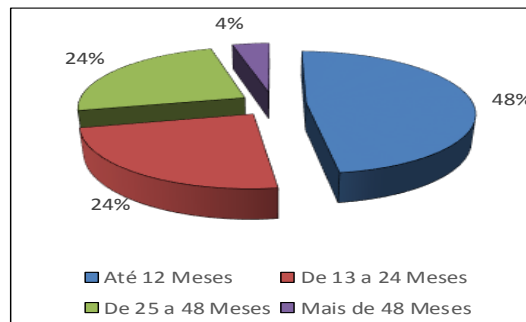


Gráfico 07: Percentual de Atualização Cadastral das Famílias de Campinas do Cadastro Único – por Região - 2013

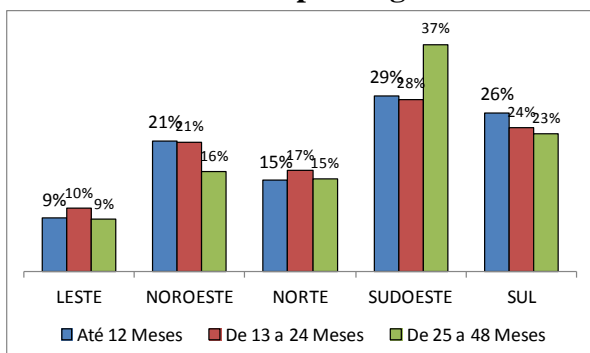
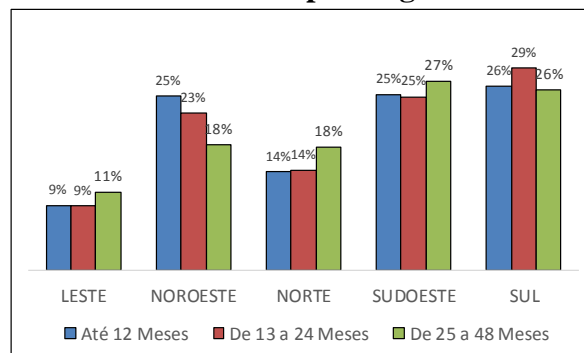


Gráfico 08: Percentual de Atualização Cadastral das Famílias de Campinas do Cadastro Único – por Região - 2016



b) Cadastro Único por Faixa de Renda e Região

Em 2013, das mais de 23 milhões de famílias cadastradas no Brasil, totalizando quase 80 milhões de pessoas, a maioria de 55% das famílias situava-se na faixa de extrema pobreza (renda inferior a R\$ 70,00 mensais *per capita*), por ser o público prioritário das políticas e dos programas governamentais que se utilizam do Cadastro Único. E com renda abaixo de 1/2 Salário Mínimo mensal *per capita* estavam 91% das famílias.

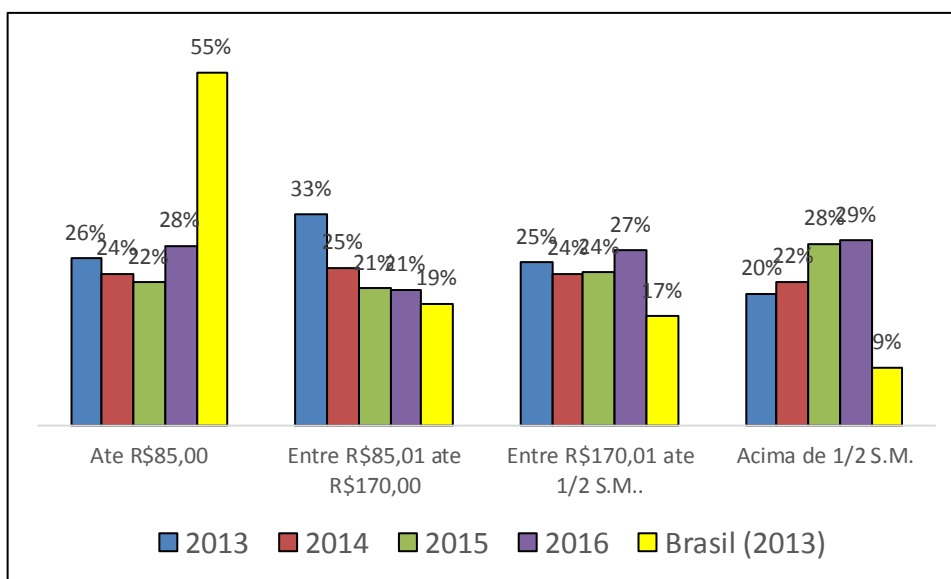
Em Campinas, em 2013, eram 71.589 famílias cadastradas, que ao contrário do cenário brasileiro, a minoria estava na faixa de extrema pobreza, num total de 26% das famílias.

Esse percentual decaiu até 2015, chegando a 22% e aumentou em 2016 para 28% das famílias cadastradas, aproximadamente 25.000 famílias.

Atualmente, o valor para a extrema pobreza passou a ser de R\$ 85,00.



Gráfico 09: Comparativo do Percentual de Famílias de Campinas de 2013 a 2016 versus Brasil (2013) por Faixa de Renda Mensal *Per Capita*



No caso de renda mensal *per capita*, comparativamente ao valor de referência de até 1/2 Salário Mínimo, em 2013, Campinas tinha um total de 84% de famílias com renda mensal abaixo desse valor, num percentual próximo do cenário nacional de 91%.

Pode-se verificar, comparando-se os Gráficos 10 e 11 a seguir, que o percentual de famílias no Cadastro Único com renda *per capita* mensal superior a 1/2 salário mínimo vigente passou de 14% para 22% de 2013 a 2015, um aumento de 8% em 2 anos.

As regiões onde ocorreram os maiores aumentos dessas famílias foram nas regiões Noroeste, Sudoeste e Sul da cidade, de acordo com os Gráficos 12 e 13.

Gráfico 10: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – 2013

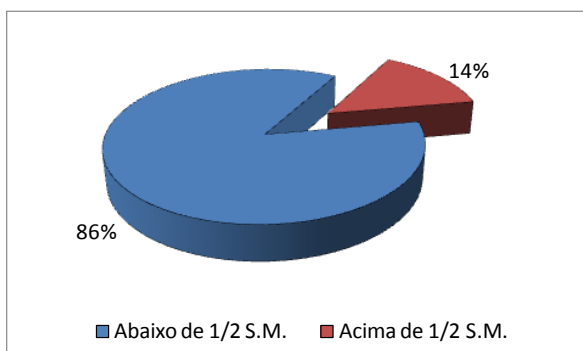


Gráfico 11: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – 2016

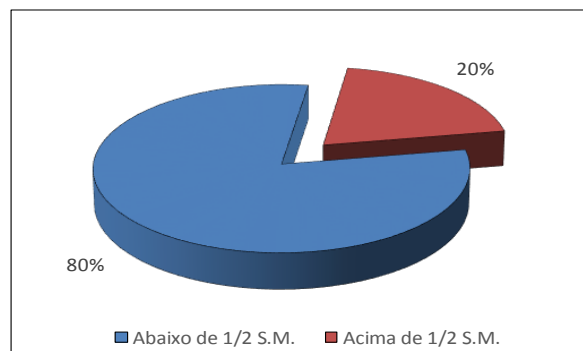




Gráfico 12: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – Por Região - 2013

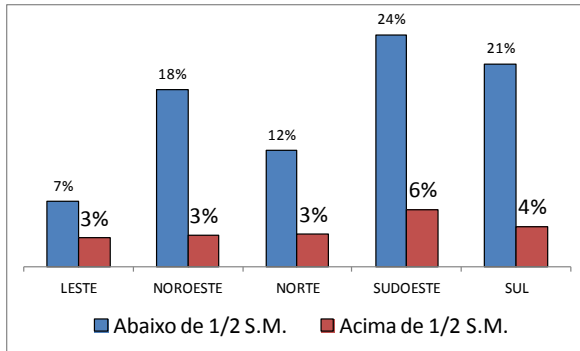


Gráfico 13: Percentual de Famílias de Campinas com Renda Mensal *Per Capita* em Relação ao Valor de 1/2 Salário Mínimo – Por Região – 2016

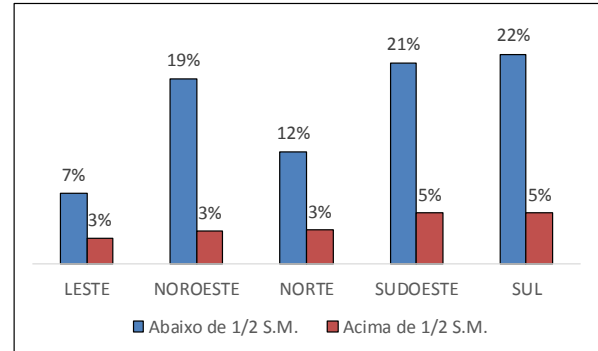


Gráfico 14: Percentual de Famílias no Cadastro Único de Campinas – por Região – 2015

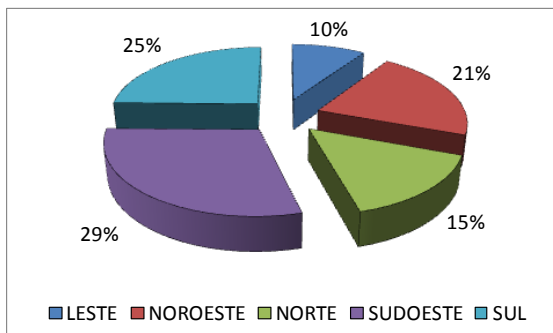


Gráfico 15: Percentual de Famílias no Cadastro Único de Campinas – por Faixa de Renda – 2016

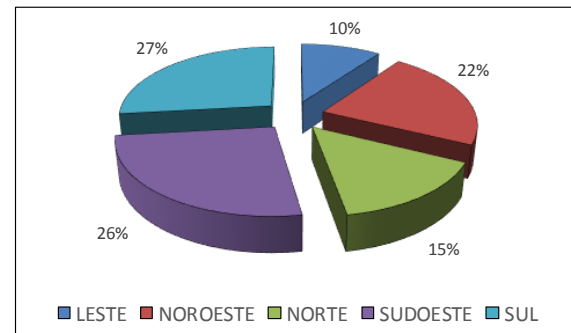
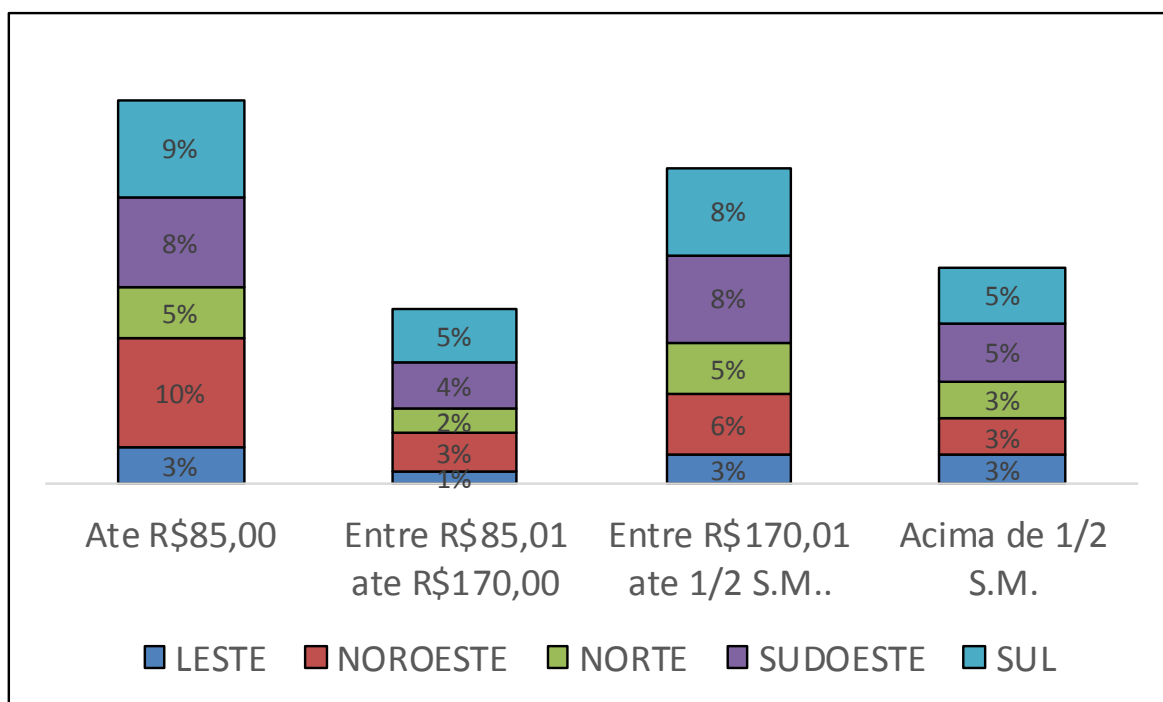




Gráfico 16: Percentual de Famílias no Cadastro Único de Campinas – por Faixa de Renda Mensal *Per Capita* – com Região Identificada – 2016



Ao contrário do Brasil que tinha em 2013 um total de 55% de famílias na extrema pobreza, Campinas possui, em 2016, um percentual de 35%. Esse percentual difere do percentual do Gráfico 09 pois somente apresenta as famílias com região identificada.

Já com as famílias com renda *per capita* acima de meio salário-mínimo, enquanto no Brasil o percentual é de apenas 9%, em Campinas esse grupo é de 19% dos registros.

c) Cadastro Único – Informações das Pessoas que Compõem os Domicílios

A informação do número de pessoas por domicílio foi preenchido passou de 84,6% dos registros no cadastro em 2015 para 98,2% em 2016. Dentre as famílias, cujos números de pessoas que as compõe foram preenchidos, pode ser observado no Gráfico 17 a seguir que 11% delas possuem apenas um indivíduo cadastrado e 2,0% delas com 7 pessoas ou mais.



Gráfico 17: Percentual de Famílias pelo Número de Pessoas que Compõe o Domicílio – 2016

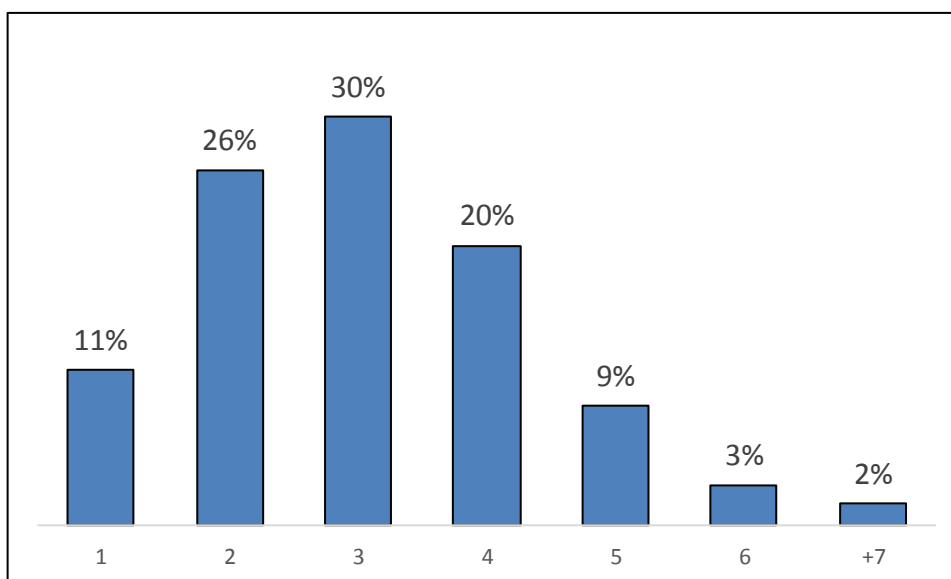
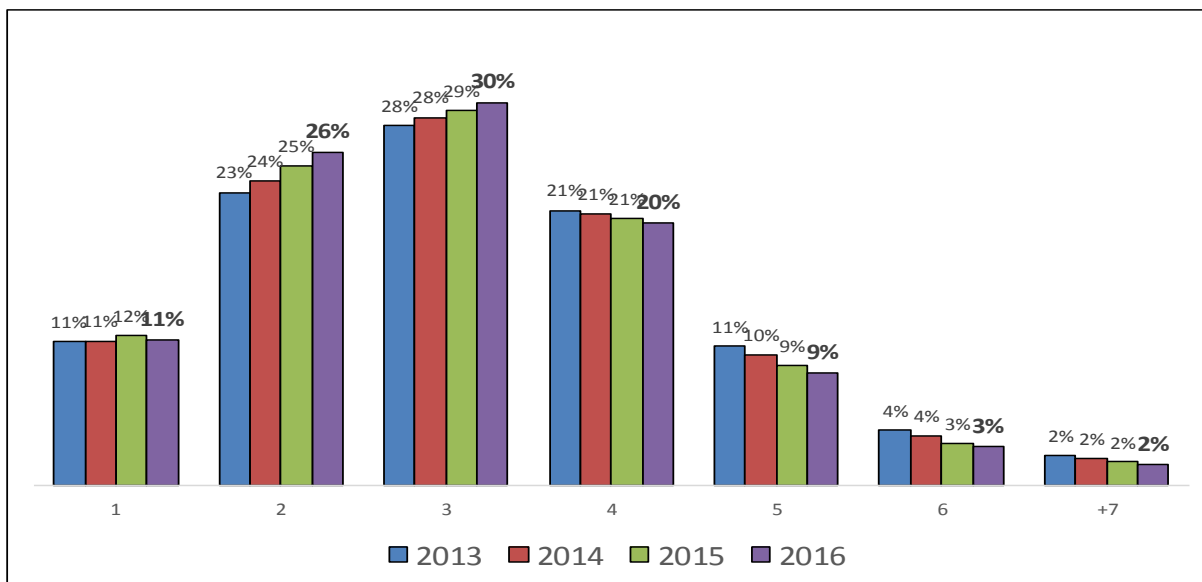


Gráfico 18: Quantidade de Famílias pelo Número de Pessoas que Compõe o Domicílio – 2013 a 2015



Pode ser observado no Gráfico 18 um aumento percentual de 2013 a 2016 na quantidade de famílias com uma, duas ou três pessoas por domicílio. No caso dos domicílios com duas pessoas, o aumento nesse período foi de 3% e nos com uma ou três pessoas, de 2%.

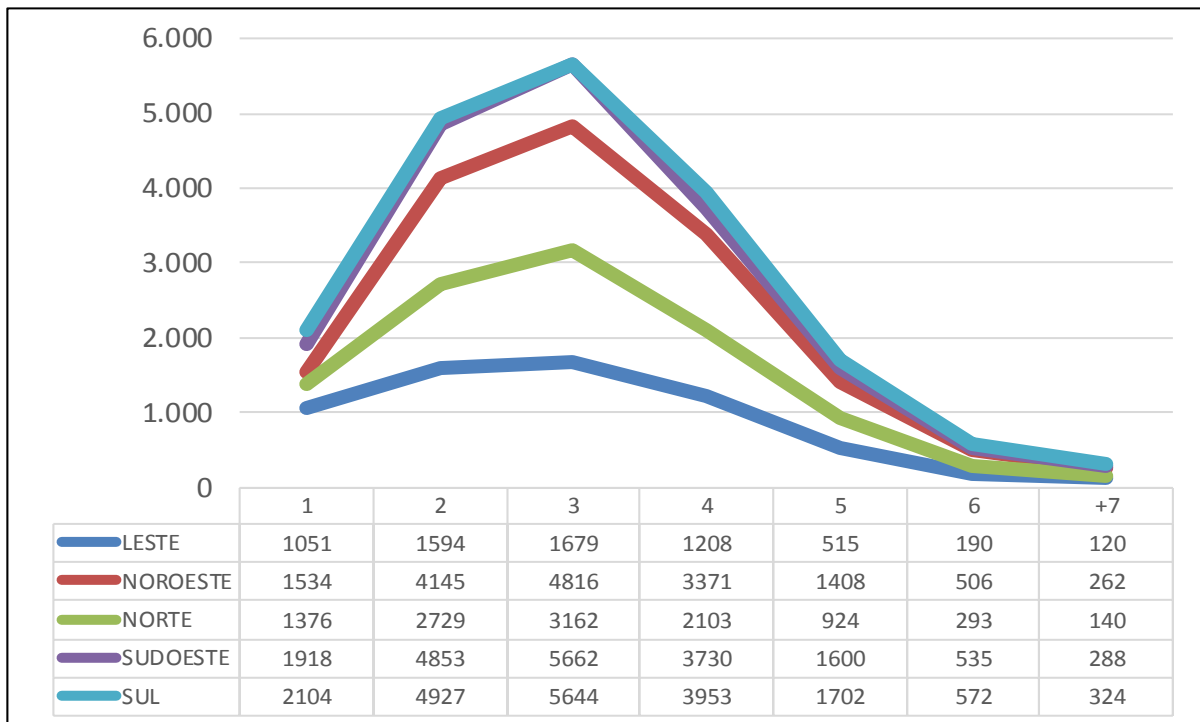
Já no Gráfico 19, no qual a quantidade de famílias foi contabilizada por região e pelo número de pessoas por domicílio, observa-se um comportamento similar em todas as regiões da cidade, onde prevalecem as famílias com duas ou três pessoas por domicílio,



seguidas pelas que possuem 4 pessoas e por uma pessoa, respectivamente, grupos que representam 86,5% dos domicílios.

Em ordem decrescente de famílias estão as regiões Sul, Sudoeste, Noroeste, seguidas por Norte e Leste, isso ocorrendo em todas as quantidades de pessoas por domicílio. Em 2016, a região Sul passou a Sudoeste nesse quesito.

Gráfico 19: Quantidade de Famílias pelo Número de Pessoas por Domicílio – por Região – 2016





d) Cadastro Único pela Faixa Etária das Pessoas

Gráfico 20: Quantidade de Pessoas – por Faixa Etária – por Região – 2016

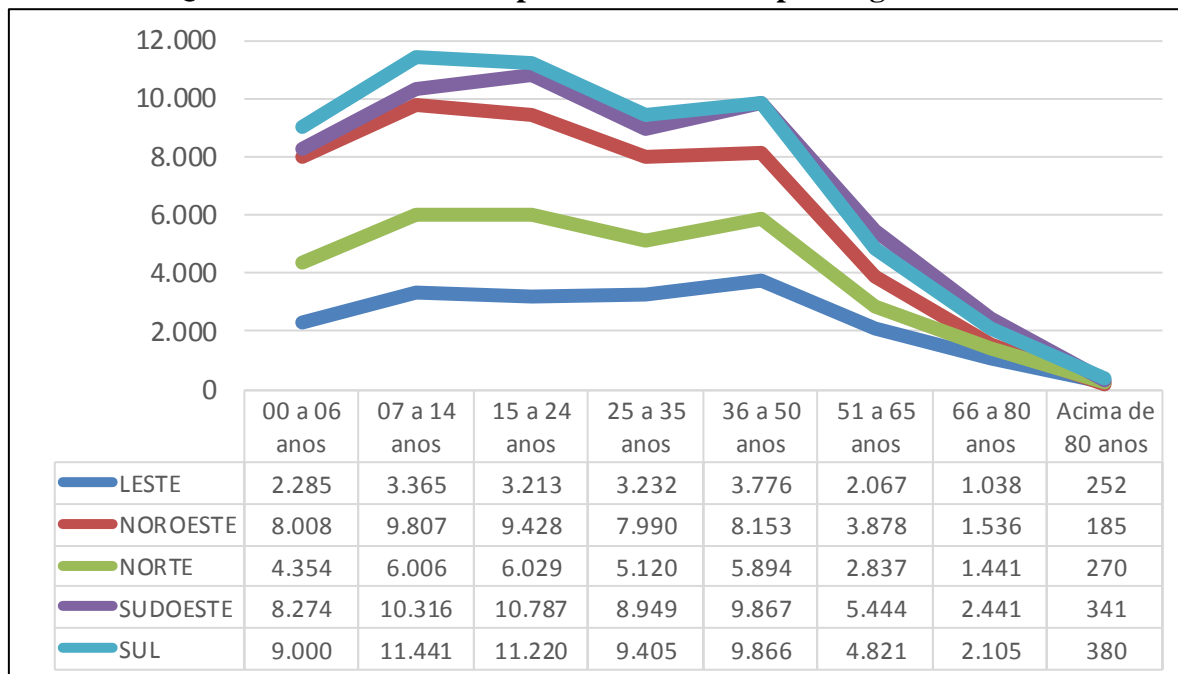
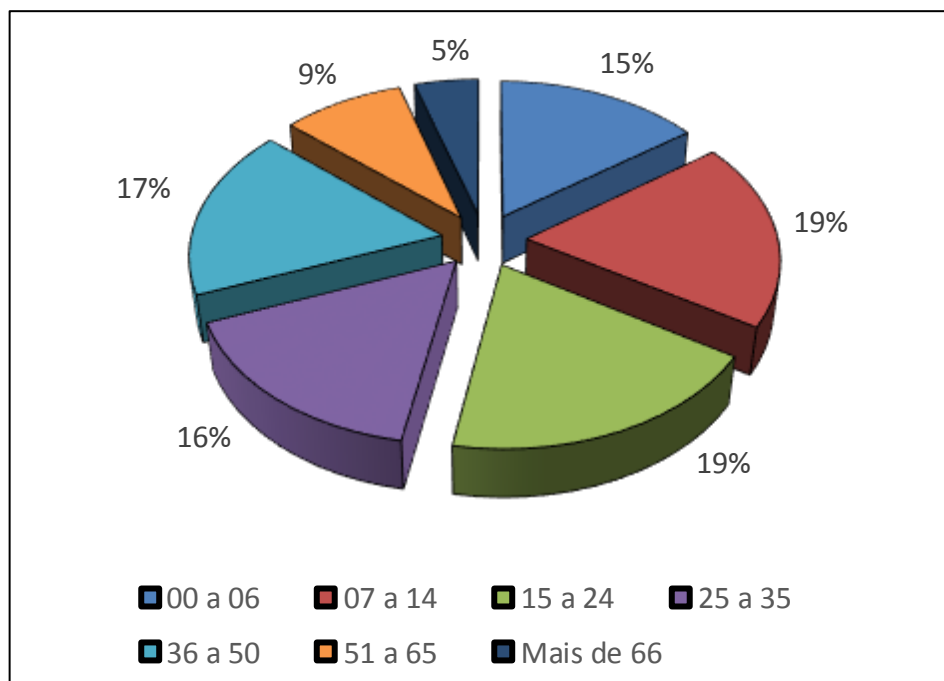


Gráfico 21: Percentual de Pessoas – por Faixa Etária – 2016



**Tabela 01: Número de Pessoas – por Faixa Etária – por Região de Atuação de CRAS ou DAS – 2016**

Faixa Etária	CRAS BANDEIRAS	CRAS CAMPO BELO	CRAS CAMPOS ELISEOS	CRAS ESPACO ESPERANCA	CRAS FLAMBOYANT	CRAS FLORENCE
00 a 06	1.778	2.900	1.673	946	674	1.224
07 a 14	2.268	3.450	2.122	1.419	1.002	1.532
15 a 24	2.461	3.303	2.197	1.440	962	1.440
25 a 35	1.857	2.710	1.860	1.378	842	1.269
36 a 50	2.018	2.535	2.158	1.368	878	1.357
51 a 65	888	1.102	1.343	707	434	669
66 a 80	325	331	729	273	158	256
Acima de 80	34	34	124	35	37	29
Total	11.629	16.365	12.206	7.566	4.987	7.776

Faixa Etária	CRAS NELSON MANDELA	CRAS NOVO TEMPO	CRAS RECANTO ANHUMAS	CRAS SAO LUIS	CRAS SATELITE IRIS	CRAS VILA REGGIO	TOTAL CRAS
00 a 06	1.815	1.077	507	785	2.219	567	16.165
07 a 14	2.371	1.222	759	997	2.560	689	20.391
15 a 24	2.420	1.308	769	1.236	2.305	770	20.611
25 a 35	1.875	1.109	741	817	2.027	591	17.076
36 a 50	2.209	1.051	805	1.004	1.859	661	17.903
51 a 65	1.010	539	430	439	770	318	8.649
66 a 80	386	156	180	127	226	123	3.270
Acima de 80	45	17	42	15	22	22	456
Total	12.131	6.479	4.233	5.420	11.988	3.741	104.521

Faixa Etária	DAS LESTE	DAS NOROESTE	DAS NORTE	DAS SUDOESTE	DAS SUL	TOTAL DAS
00 a 06	1.104	3.780	2.841	3.709	4.322	15.756
07 a 14	1.604	4.718	3.898	4.601	5.723	20.544
15 a 24	1.482	4.447	3.819	4.862	5.456	20.066
25 a 35	1.649	3.877	3.151	4.105	4.838	17.620
36 a 50	2.093	3.933	3.865	4.449	5.313	19.653
51 a 65	1.203	2.000	1.812	2.552	2.831	10.398
66 a 80	700	927	1.045	1.170	1.449	5.291
Acima de 80	173	119	213	155	312	972
Total	10.008	23.801	20.644	25.603	30.244	110.300



e) Cadastro Único pelas Condições de Saneamento Básico

De acordo com o impresso oficial do MDS, um dos critérios para análise da moradia das famílias é o acesso simultâneo a:

- Rede geral de distribuição de água;
- Rede coletora de esgoto ou pluvial;
- Energia elétrica com medidor próprio; e
- Coleta direta de lixo.

Gráfico 22: Percentual de Famílias com Acesso Simultâneo às Condições de Saneamento Básico – 2016

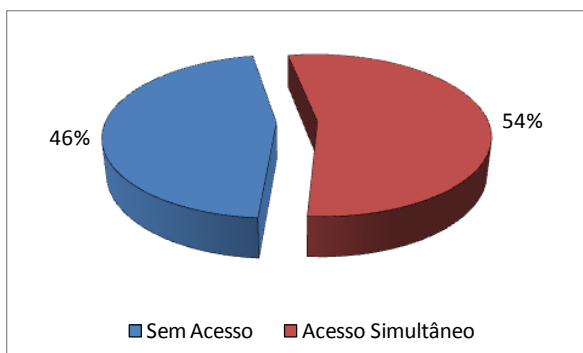


Gráfico 23: Percentual de Famílias com Acesso Simultâneo às Condições de Saneamento Básico – por Região – 2016

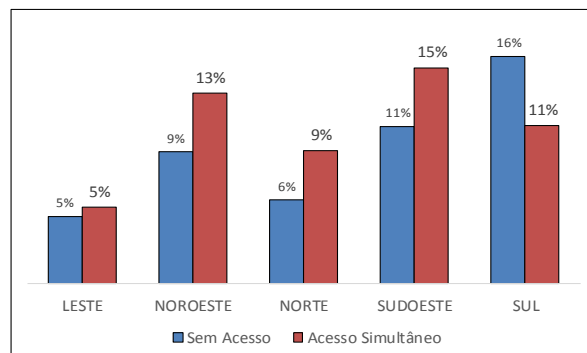
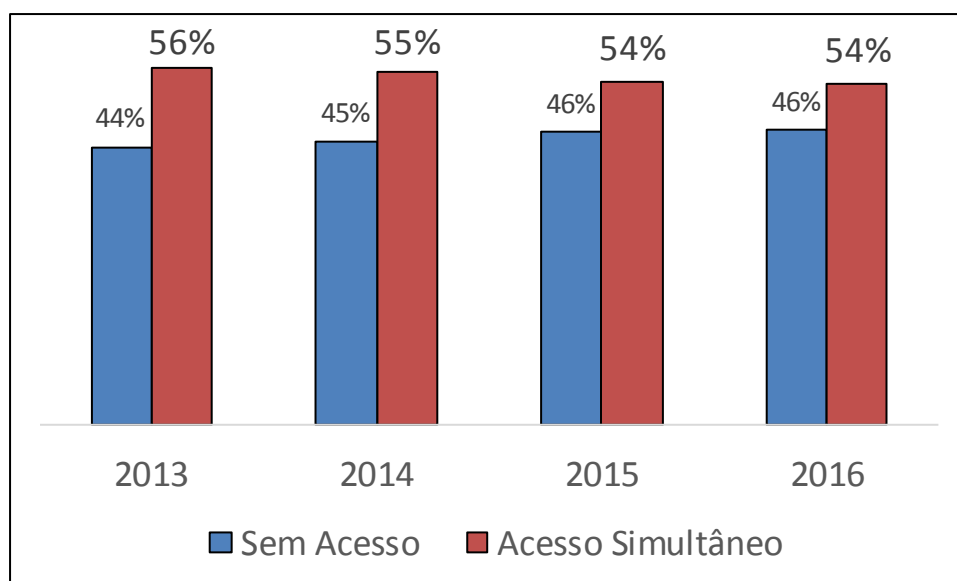


Gráfico 24: Percentual de Famílias com Acesso Simultâneo às Condições de Saneamento Básico – 2013 a 2016





f) Cadastro Único pelas Características de Escolaridade

Das pessoas cadastradas que responderam às informações de escolaridade, observa-se um percentual de pessoas com 25 anos ou mais;

- que se declararam que sabem ler e escrever subiu de 92,9% em 2015 para 93,3% em 2016;
- com ensino fundamental completo de 56,5%;
- com ensino médio completo subiu de 36,1% em 2015 para 38,1% em 2016;

Por região, temos os seguintes gráficos abaixo:

Gráfico 25: Percentual de Pessoas com 25 anos ou mais e que se Declararam Saber Ler e Escrever – por Região – 2016

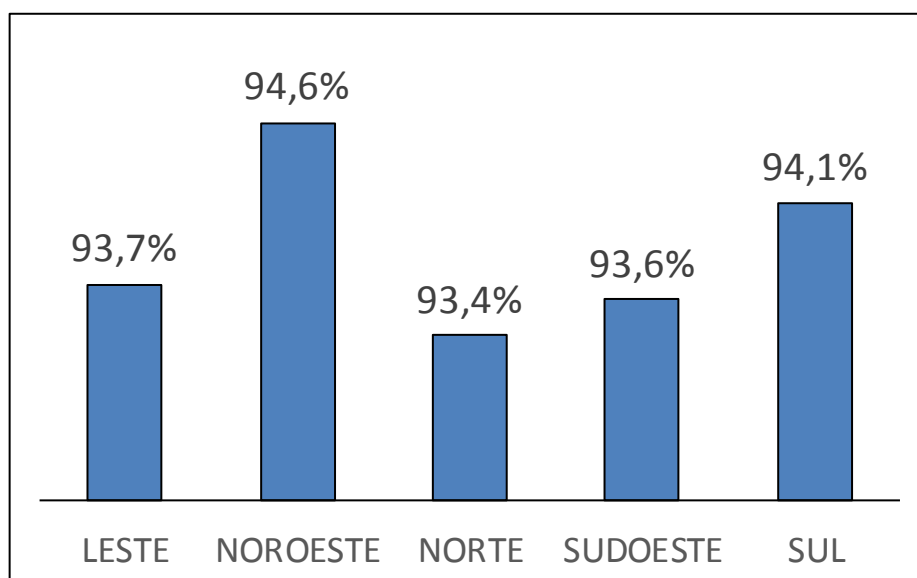
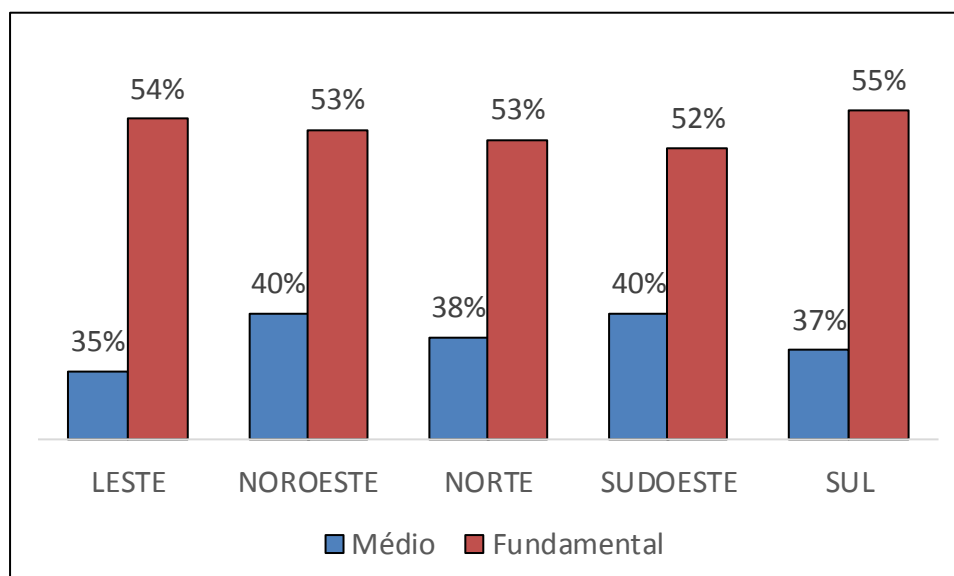


Gráfico 26: Percentual de Pessoas com 25 anos ou mais – por Grau de Escolaridade Completo – por Região – 2016





g) Cadastro Único pelo tipo de Ocupação Principal

Das pessoas que informaram a ocupação principal, fonte de remuneração, observa-se a seguinte distribuição percentual dos registros:

Gráfico 27: Percentual de Pessoas – por tipo de Ocupação Principal – 2016

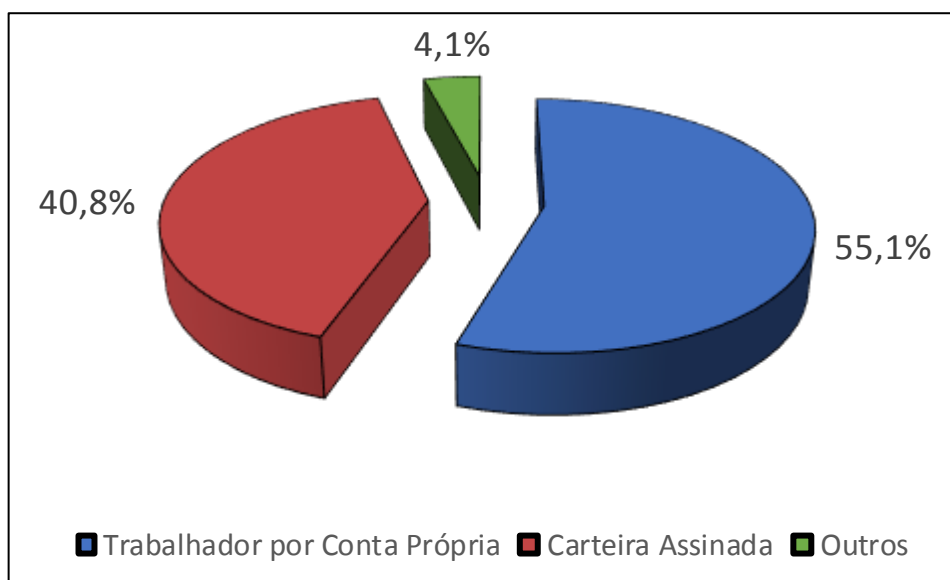


Gráfico 28: Percentual de Pessoas – por tipo de Ocupação Principal – por Região – 2016

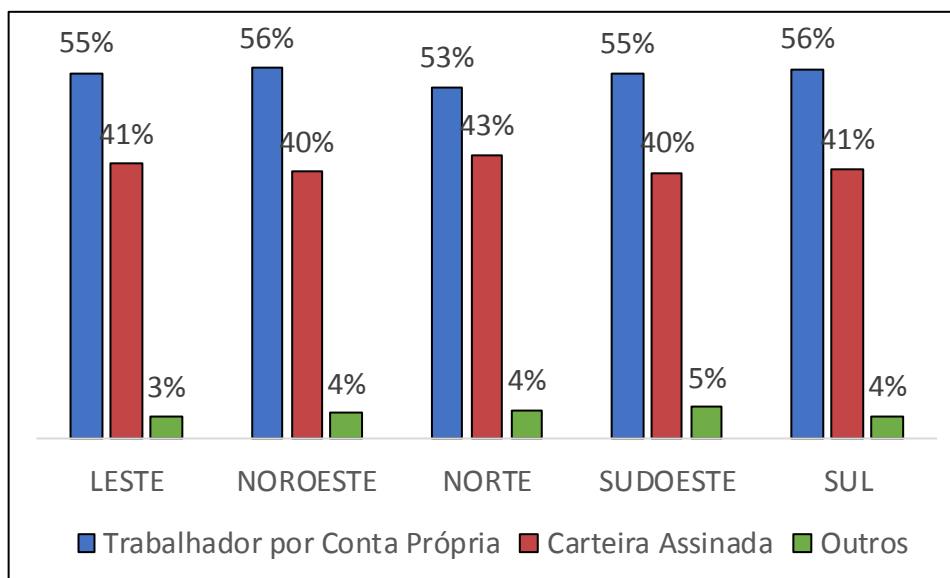




Gráfico 29: Quantidade de Trabalhadores por Conta Própria – por Região – 2013 a 2016

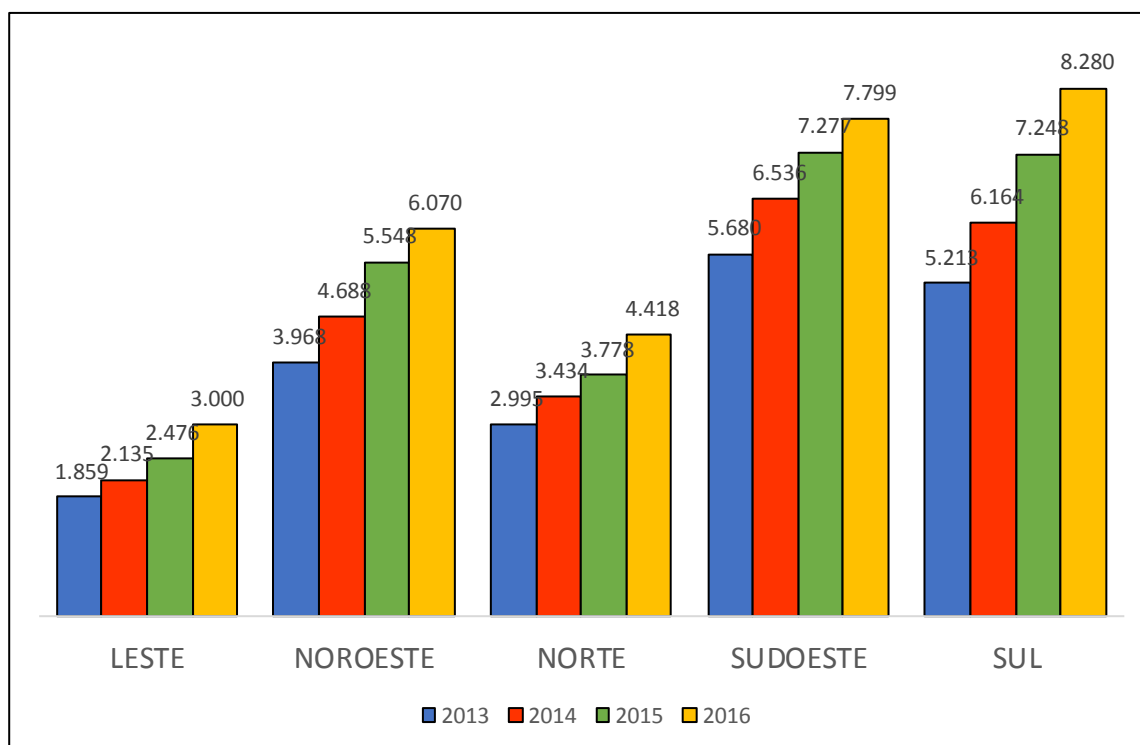


Tabela 02: Número de Pessoas que Trabalham por Conta Própria ou com Carteira de Trabalho Assinada – por Faixa Etária – por Região de Atuação de CRAS ou DAS – 2016

Ocupação Principal	Faixa Etária	CRAS BANDEIRAS	CRAS CAMPO BELO	CRAS CAMPOS ELISEOS	CRAS ESPACO ESPERANCA	CRAS FLAMBOYANT	CRAS FLORENCE	CRAS NELSON MANDELA	CRAS NOVO TEMPO	CRAS RECANTO ANHUMAS
Conta Própria	15 a 24 anos	199	292	188	99	57	71	100	96	46
	25 a 35 anos	533	842	586	323	238	300	422	261	207
	36 a 50 anos	662	847	780	382	302	328	565	296	268
	51 a 65 anos	257	296	369	163	115	113	201	127	132
	Acimas de 66	32	43	40	19	6	9	24	10	20
Subtotal		1.683	2.320	1.963	986	718	821	1.312	790	673
Com Carteira Assinada	15 a 24 anos	148	198	130	91	49	76	144	66	55
	25 a 35 anos	422	507	390	391	212	234	409	203	206
	36 a 50 anos	563	566	514	402	253	298	552	217	243
	51 a 65 anos	124	123	168	134	62	92	144	79	89
	66 a 80 anos	8	12	5	5	6	9	9	5	6
Subtotal		1.265	1.394	1.214	1.023	582	709	1.258	570	599
TOTAL		2.948	3.714	3.177	2.009	1.300	1.530	2.570	1.360	1.272

Ocupação Principal	Faixa Etária	CRAS SAO LUIS	CRAS SATELITE IRIS	CRAS VILA REGGIO	DAS LESTE	DAS NOROESTE	DAS NORTE	DAS SUDOESTE	DAS SUL	Não Identificado	Total
Conta Própria	15 a 24 anos	53	166	49	103	314	233	362	359	12	2.799
	25 a 35 anos	222	549	142	452	1.065	915	1.182	1.379	23	9.641
	36 a 50 anos	333	569	228	696	1.215	1.208	1.472	1.694	36	11.881
	51 a 65 anos	102	177	81	302	413	495	632	739	15	4.729
	Acimas de 66	6	21	15	56	44	66	86	105	2	598
Subtotal		716	1.482	515	1.609	3.051	2.917	3.734	4.276	88	29.654
Com Carteira Assinada	15 a 24 anos	79	115	46	81	257	227	285	341	7	2.395
	25 a 35 anos	130	336	119	371	816	706	885	1.125	23	7.485
	36 a 50 anos	208	369	126	451	945	978	1.075	1.417	41	9.218
	51 a 65 anos	50	93	46	159	270	262	354	435	6	2.690
	66 a 80 anos	6	2	1	17	14	21	28	24	1	173
Subtotal		473	915	338	1.079	2.302	2.194	2.627	3.342	77	21.961
TOTAL		1.189	2.397	853	2.688	5.353	5.111	6.361	7.618	165	51.615



h) Cadastro Único pela Raça/Cor das Pessoas

Pelo critério de Raça ou Cor declarada, observa-se um total de 98,6% de preenchimento na cidade de Campinas. As pessoas declaradas amarelas e indígenas somam apenas 0,3% dos registros. Dos demais, a predominância é da cor parda passou de 45,7% em 2015 para 46,4% das pessoas em 2016, seguida da cor branca com 43,1% (em 2015 eram 42,1%), cor negra com 10,2% (em 2015 eram 10,1%, conforme gráfico abaixo):

Gráfico 30: Percentual de Pessoas – por Raça/Cor – 2016

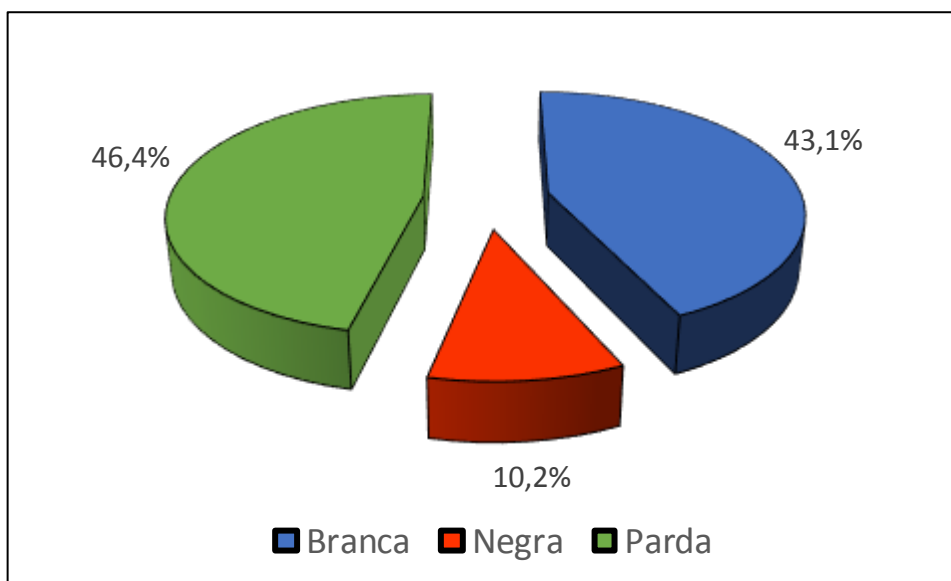
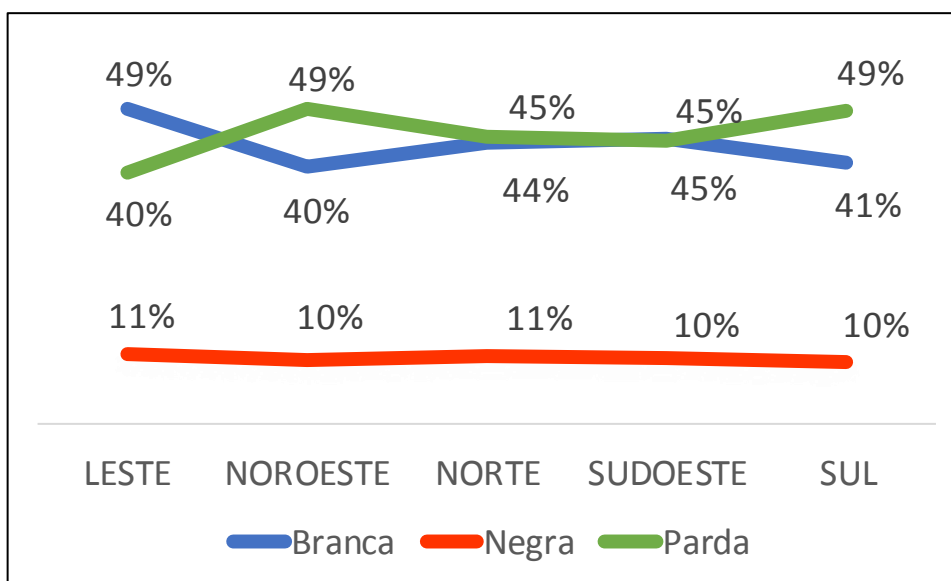


Gráfico 31: Percentual de Pessoas – por Raça/Cor – por Região – 2016





Em síntese os dados apresentados neste documento permitem visualizar a dimensão do Cadastro Único no município. Através dos gráficos e tabelas foi possível analisar diversas variáveis que compõe o cadastro dos usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), dentre elas: renda familiar, renda *per capita*, quantidade de pessoas no domicílio, faixa etária das pessoas cadastradas, escolaridade, situação do saneamento básico nas residências, ocupação, quantidade de trabalhadores em situação formal e informal de trabalho e percentual da população cadastrada segundo raça/cor.

Os dados trazem ainda um comparativo do perfil das famílias e pessoas cadastradas em Campinas e no Brasil e outro comparativo da realidade do Cadastro Único no município entre 2013 e 2015, com o qual foi possível identificar a evolução do número de cadastros e atualizações nesse período, além de mostrar as alterações nas condições econômicas e sociais vivenciadas pelas famílias.

Considerando a abrangência do cadastro em Campinas alguns dados foram divididos por região e outros por território de DAS e CRAS, conforme a organização da política de assistência social no município, possibilitando a análise territorializada das informações referentes as famílias e pessoas residentes em determinado território. Assim, o documento configura-se em uma ferramenta importante, podendo nortear ações de planejamento por parte da gestão municipal e auxiliar nas ações estratégicas com as famílias atendidas nos diferentes equipamentos.